

Os parques infantis de Ribeirão Preto: um pouco de sua história contada por relatos e documentos

Sergio César da Fonseca
Débora Menengotti Ferreira
Gabriela Campos Darahem

Resumo: A história dos parques infantis em Ribeirão Preto remonta a um modelo originado em São Paulo nos anos 1930. Na década de 1980, os parques infantis de Ribeirão Preto foram incorporados à sua rede municipal, deixando poucos sinais de sua existência. Para reconstruir tal história, este artigo utiliza documentos oficiais para apontar a origem dos parques da cidade e entrevistas com professoras para conhecer o início, a organização e o cotidiano das atividades parqueanas. Os parques de Ribeirão Preto tiveram seu projeto orientado pelo Departamento de Educação Física de São Paulo, e por isso estruturavam sua pedagogia a partir de jogos, recreação e educação física. Particularmente, também levavam o atendimento pediátrico, odontológico e cuidados básicos de saúde a crianças das classes populares.

Palavras-chave: Parques infantis. Memórias. Ribeirão Preto.

The children playgrounds in Ribeirão Preto: a little of its history told by reports and documents

Abstract: The story of the children playgrounds in Ribeirão Preto comes from a model originated in São Paulo in 1930. In the 1980s, the children playgrounds of Ribeirão Preto were incorporated into your local network, leaving few signs of its existence. To reconstruct this history, this article uses official documents to point the origin of the city's children playgrounds and interviews with teachers to know the beginning, the organization and the daily lives of playground activities. The Ribeirão Preto playground had their project directed by the Department of Physical Education of São Paulo, and therefore structured their pedagogy from games, recreation and physical education. Particularly, also took the pediatric care, dental care and basic health care to children of the working classes.

Keywords: Children playgrounds. Memoirs. Ribeirão Preto.

Introdução

Desde o final da década de 1940 a história dos parques infantis em Ribeirão Preto tem ligações com o legado dos parques originados na cidade de São Paulo durante os anos 1930¹, cujo modelo, de tão expressivo de certa política de educação infantil, tornou-se referência a ponto de inspirar projetos difundidos pelo interior do estado durante as décadas de 1940 e 1950. Justamente nessa época, o projeto de parques infantis em processo de implantação em Ribeirão Preto foi orientado por um órgão do governo estadual, o Departamento de Educação Física de São Paulo. As plantas, as atividades e os elementos físicos e educativos definidos pelo DEFESP modelaram - entre as décadas de 1950 e 1960 - os parques infantis de Ribeirão Preto que, com o passar do tempo, incorporou esse tipo peculiar de escola à sua rede própria.

Entre 1951 e 1977 os parques infantis foram assumidos, ora mais, ora menos por sucessivas administrações municipais e, à medida que foram instalados em diferentes regiões, se incluíram entre as escolas e serviços públicos destinados à infância e estabelecidos nos bairros ribeirão-pretanos. Passado esse ciclo de mais de duas décadas, no entanto, a partir do início da década de 1980, os parques infantis foram desaparecendo, subsumidos na rede municipal de ensino até o ponto de deixarem poucos sinais de sua existência, embora tenham sido marca de políticas municipais de assistência e de atenção à infância em Ribeirão Preto. A impressão é que a memória dos parques infantis evanesceu.

Considerando essa questão dois caminhos foram trilhados neste artigo para reconstituir a história dos parques infantis em Ribeirão Preto: os documentos e as fontes orais. No caso dos documentos, as fontes produzidas por instituições oficiais foram tomadas a fim de apontar a origem desse projeto, bem como de delinear qual o modelo aplicado na cidade. Quanto às fontes orais, as entrevistas com professoras que atuaram entre as décadas de 1950 e 1980 permitem conhecer como foram os primeiros anos de atividade dos parques, como se organizavam e como era o seu cotidiano.

¹ Os parques infantis paulistanos, criados em São Paulo a partir de 1935, durante a gestão de Mario de Andrade à frente do Departamento de Cultura do município, devido à conjugação inovadora entre a ênfase na cultura brasileira como conteúdo do processo educativo e a opção pelo brincar enquanto meio para apropriação dos espaços abertos e livres da cidade, são experimentos únicos até fins da década de 1930 no que se refere à concepção de equipamentos públicos voltados para crianças em idade pré-escolar. Por sua vez, no final da mesma década, a nomenclatura “parque infantil” e a associação entre espaço aberto, amplo, como local de suporte para o estabelecimento de uma instituição educativa *sui generis* para crianças passou por mudanças que introduziram a educação física, os jogos aproximados do esporte e o playground como marcas da nova geração de parques, doravante, capitaneados pelo Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo.

Os primeiros movimentos até a criação dos parques infantis em Ribeirão Preto

A partir dos anos 1940 o Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo fez chegar a várias cidades do interior paulista, bem como a vários bairros da capital, um tipo de equipamento público de caráter educativo para crianças fortemente centrado nos jogos, na recreação e na educação física como motes de sua pedagogia. O parque infantil tornou-se um dos projetos que marcaram a atuação do Departamento de Educação Física junto a municípios e prefeituras do estado e fez com que fosse levado às cidades por onde se estabeleceu um tipo peculiar de estabelecimento educativo público, diferente do que havia em termos de pré-escola (como é o caso dos jardins de infância e creches) e escola primária à época.

Até alcançar a década de 1940, no entanto, o Departamento de Educação Física levou algum tempo para assumir os parques infantis como sua política. Os propósitos originais da razão de existir desse departamento visavam a constituir no aparelho estatal um órgão capaz de fomentar a prática da educação física nas escolas públicas (nas particulares também), de supervisionar sua aplicação, além de promover exposições abertas de ginástica e de variados esportes, bem como organizar uma escola para formar professores nessa especialidade, o que era uma de suas mais elevadas tarefas. Essas eram algumas das incumbências institucionais do Departamento, conforme definia o decreto que o retirou do limbo em 1934, pois ele fora originalmente fundado em 1931, extinto em 1933 e retomado no ano seguinte, desta feita como anexo da Secretaria de Educação e Saúde Pública do estado (FERREIRA, 2016). Somente em 1938 as feições mais duradouras do Departamento foram definidas, quando de sua reformulação pelo Decreto nº 9.605 (SÃO PAULO, 1978), que instituiu uma nova forma de organização do currículo dos estabelecimentos de ensino paulistas em cumprimento à Constituição de 1937, de sorte que, a partir de então, o Departamento de Educação Física do Estado tornou-se responsável por “dirigir, orientar e fiscalizar” as atividades de educação física não apenas na capital, mas igualmente nas cidades do interior.

Progressivamente, desde sua remodelação, entre 1938 e 1939, o DEFESP (acrônimo com o qual esse departamento timbrava os seus impressos) foi se consolidando enquanto mobilizador de gestões municipais em prol da instalação de parques infantis. O *Relatório de Atividades do Departamento de Educação Física de São Paulo*, em 1942, projetava o próprio departamento como executor dessa política:

O Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo tem procurado por todos os meios intensificar o movimento de construção de parques infantis no Interior do Estado. Aproximando-se a época da entrega dos orçamentos municipais, este Serviço enviou a todas as prefeituras uma publicação sobre o serviço e utilidades dos Parques Infantis, Colônia de Férias e Escola de Aplicação ao Ar Livre, acompanhada por uma circular sugerindo aos prefeitos a inclusão de uma verba destinada aos parques infantis. Muitos prefeitos apressaram-se a responder pedindo sugestões e informações a respeito do assunto. Além disso, através de sua Inspeção, o DEF procura estar em contato com as Prefeituras a fim de interessá-las nessa iniciativa. Para as cidades onde já funcionam parques infantis, tem sido solicitadas publicações sobre Educação Infantil ou outras de interesse da criança (SÃO PAULO, 1942, p. 25).

Considerando essa linha de ação o caso de Ribeirão Preto é bastante ilustrativo sobre como o DEFESP se tornou o artífice e executor da política de parques infantis em São Paulo. Por ser frequente e relativo à combinação entre um ente administrativo e braço estatal-estadual de execução de políticas públicas e, outro, político-administrativo, pois representado pela prefeitura de cada município alcançado pelo DEFESP, o relacionamento com as prefeituras era a via de entrada e de passagem aos municípios do modelo parqueano do citado departamento. Em Ribeirão Preto, por exemplo, a ingerência desse departamento na implantação de parques infantis na cidade é nítida, conforme pudemos apurar no estudo dos documentos no Fundo Prefeitura Municipal, “Correspondências”, guardados no Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto.

Numa série de correspondências trocadas entre o DEFESP e a prefeitura, durante 1947, constam os primeiros registros de tratativas para implantar um parque infantil na cidade, sendo que todo o processo começou pela indução de demanda pelo DEFESP, como se pode ler numa sequência de cartas e ofícios trocados entre 29 de junho e 24 de outubro de 1947. Tão logo a ideia foi se instalando no correr de 1947, como sinalizava a aparente disposição do prefeito Rubem Aloysio Monteiro Moreira em assumir o projeto, os passos seguintes aventados pelo DEFESP seriam o envio de uma técnica especialista no assunto à cidade e, em seguida, a elaboração do modelo de planta adaptada às condições do terreno oferecido pela prefeitura. Em setembro desse ano, por meio de ofício, o DEFESP colocou à disposição da prefeitura a técnica de educação, Regina Maria da Silva, pertencente aos seus quadros, a quem caberia “colaborar com a prefeitura nos estudos para a constituição de parques infantis na cidade” (RIBEIRÃO PRETO. ARQUIVO PÚBLICO E HISTÓRICO DE RIBEIRÃO PRETO, [1940]). Logo depois, em 24 de outubro, o DEFESP enviou duas plantas de parques infantis ao prefeito.

Apesar de o processo de implantação dos parques na cidade dar sinais de avanço, cerca de um ano após a primeira rodada de correspondências, sem maiores explicações, nada aconteceu. A

pausa na interlocução motivou uma nova carta do DEFESP demandando resposta acerca da apreciação dos projetos enviados no ano anterior. Passado o período de troca de prefeitos entre 1947 e 1948 - o que fez parar circunstancialmente as negociações - as tratativas foram retomadas pelo prefeito José de Magalhães, que em 15 de julho de 1948, respondeu ao DEFESP avisando: “Cumpre-me informar a V.S. que de fato o projeto para o pavilhão a ser construído nesta cidade se encontra na prefeitura desde outubro de 1947; no entanto, somente agora tomei conhecimento do mesmo” (RIBEIRÃO PRETO. ARQUIVO PÚBLICO E HISTÓRICO DE RIBEIRÃO PRETO, [1940]).

O prefeito José Magalhães solicitou o orçamento do modelo de parque e demonstrou interesse na continuidade do projeto. Em 1950 ele mandou criar uma comissão para estudar a proposta de construção do primeiro parque e, doravante, o turno de correspondências que seguiu, novamente entre o DEFESP e a prefeitura, manteve a rotina de envio de documentos, entre os quais a planta *standard* daquele que em pouco tempo seria o primeiro parque infantil ribeirão-pretano, instalado em 1951. Acompanhava a planta também um memorial com detalhamento sobre a previsão das despesas mensais e anuais, sobre os materiais que deveriam ser comprados e adotados pelo parque e as funções que deveriam ser exercidas pelas professoras e pela diretora. Sobre essa última recomendação o DEFESP não transigia acerca de quem deveria estar nesses postos, o que afirma o caráter de gênero das funções: os cargos de professor e de direção seriam ocupados por mulheres (FERREIRA, 2016).

Em termos protocolares, à diretora caberia a assistência técnica e educacional nos dois períodos (o propósito era ter um turno da manhã e outro da tarde para receber crianças que no horário oposto estavam na escola primária), a criação, estímulo e orientação em atividades que tornassem o parque útil e atraente, com indicações a respeito do desenvolvimento de propostas para a prefeitura trabalhar no aprimoramento da instituição e na preparação mensal e anual de documentos para o DEFESP. Às professoras caberia a responsabilidade sobre as atividades recreativas, a colaboração com a diretora, a anotação das atividades e as aulas de Educação Física (RIBEIRÃO PRETO. ARQUIVO PÚBLICO E HISTÓRICO DE RIBEIRÃO PRETO, [1940]).

Sob as orientações do DEFESP, o primeiro parque infantil de Ribeirão Preto foi inaugurado em 8 de janeiro de 1951. Nesse período, segundo o *Almanaque Ilustrado de Ribeirão Preto*, publicado em 1951 (RIBEIRÃO PRETO. ARQUIVO PÚBLICO E HISTÓRICO, 1951), a cidade já contava com onze Grupos Escolares (que atendiam crianças de sete a onze anos), bem

como havia na cidade várias escolas onde se formavam professores, a começar pela Escola Normal Oficial (sediada na Escola Estadual Otoniel Mota), secundada pelas normais livres: Escola Normal Nossa Senhora Auxiliadora, Escola Normal Santa Úrsula, Escola Normal Sinhá Junqueira, Escola Normal de Ribeirão Preto, Escola Normal da Associação de Ensino – todas inspecionadas pela delegacia de ensino da cidade.

Quadro 1 - Parques infantis de Ribeirão Preto

Parque infantil	Inauguração	Bairro/Distrito
Peixe Abbade	1951	Ipiranga
Amélia Junqueira	1953	Bosque Municipal (entre o centro e os Campos Elíseos)
Anita Procópio Junqueira	1954	Vila Tibério
Dona Iria Junqueira	1954	Bonfim Paulista (distrito)
Dumont	1956	Dumont (distrito à época)
Guatapará	1956	Guatapará (distrito à época)
Santa Maria Goretti	1959	Vila Virgínia
Dos Bandeirantes	1963	Vila Recreio
Ana dos Santos Gabarra	1965	Santa Cruz
Padre Emílio Jarbinet	1967	Lapa
Áurea Aparecida Braghetto Machado	1970	Jardim Antártica
Euclides Castilhano	1975	Guatapará (distrito à época)
José Pedro Moreira	1977	Parque Ribeirão
Campos Elíseos	Anos 1970	Campos Elíseos

Fonte: PRANDI, Maria Beatriz Ribeiro. **A construção da imagem dos parques infantis de Ribeirão Preto das décadas de 1950 e 1960.** 2015. 168 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2015. p. 56.

Entre 1951 e 1956 os parques chegaram a bairros populares e povoados pela classe trabalhadora, a começar pelo antigo bairro do Barração (atual Ipiranga), onde havia o Parque Infantil Peixe Abbade, seguido pelo Parque Infantil do Bosque, que atendia crianças das regiões

circunvizinhas, pois estava num bosque situado entre o centro e os Campos Elísios; os parques instalados na Vila Tibério e Vila Virgínia completaram o conjunto pioneiro².

Ao se tornarem o total quatorze que a cidade possuiu, até que o último deles fosse inaugurado no final dos anos 1970 (PRANDI, 2015), os parques foram se territorializando nos bairros, por sua vez incrustados em regiões da cidade, tanto no centro quanto em vilas e áreas com população operária e, na maior parte pobre, ou se muito, de classe média baixa.

Quadro 2 - Escolas municipais de educação infantil originadas dos parques infantis

Escolas municipais originadas dos parques infantis	Parques Infantis
EMEI Amélia Junqueira	Parque Infantil do Bosque
EMEI Anita Procópio Junqueira	Parque Infantil da Vila Tibério
EMEI Dona Iria Junqueira	Parque Infantil do Quarto Centenário
EMEI Santa Maria Goretti	Parque Infantil da Vila Virgínia
EMEI Marlene Jorge dos Reis	Parque Infantil dos Bandeirantes
EMEI Ana dos Santos Gabarra	Parque Infantil Ana dos Santos Gabarra
EMEI Padre Emílio Jarbinet	Parque Infantil Padre Emílio Jarbinet

Fonte: DARAHEM, Gabriela Campos. **Contribuição para a história da educação infantil em Ribeirão Preto:** experiências de funcionários e professoras das Escolas Municipais de Educação infantil (EMEI). 2011. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2011. p. 46.

A estrutura física adotada pelos parques, como estipulado pelo DEFESP, contemplava no máximo duas salas de aula, um refeitório, cozinha, uma sala para os professores, consultório médico e odontológico e bastante área livre com brinquedos ao estilo *playground* (PRANDI, 2015; FERREIRA, 2016). Em alguns dos parques, como no do Bosque, e o do Barracão (Peixe Abbade) havia também piscina. Tal estrutura evidencia que a intenção para com os parques não

² Atualmente, o Bairro da Vila Tibério se caracteriza pelo grande número de moradores aposentados em boa parte de seu espaço, além de famílias que moram na área há duas ou até três gerações; o Ipiranga, antes denominado Barracão, foi formado por imigrantes italianos que vinham para o Brasil trabalhar na lavoura – atualmente, é um bairro residencial com características tanto da tradicional vila de cidade do interior quanto de periferia, com áreas de ocupação irregular e algumas favelas nas partes mais distantes em relação ao centro; o bairro dos Campos Elísios é um dos mais populosos da cidade – no passado, foi predominantemente residencial e atualmente apresenta uma área comercial bastante significativa. Bonfim Paulista é um distrito de Ribeirão Preto, com pouco mais de 17 mil habitantes. Dumont, se emancipou em 1964 e hoje é município com 9.325 habitantes.

era ser uma etapa preparatória, ou uma extensão da escola: tanto no projeto como nas construções dos edifícios havia uma sala de uso variado, mas, que a rigor não funcionava como uma sala de aula *stricto sensu*. Embora fosse oferecido reforço escolar para os alunos que frequentavam o parque no período oposto à escola, apenas estas atividades eram pautadas pelo conteúdo pedagógico do primário. O parque era lugar de recreação, educação física através de jogos e de cuidados higiênicos e com a saúde das crianças que o frequentavam.

Ademais, os parques faziam parte de uma proto-rede municipal de educação (conforme o quadro 2), pois ainda em formação nas décadas de 1950 e 1970 e consubstanciada em outro tipo de equipamento público quando os mesmos parques foram legal e pedagogicamente transmutados em outro tipo de escola, conforme a Lei Municipal 3.839, de 1980:

ARTIGO 3º - As Escolas Básicas de 1º Grau de que trata esta lei atuarão em três faixas etárias e áreas de ensino, de maneira simultânea e permanente, respeitadas as características pedagógicas e didáticas próprias, a saber:

I - Na faixa etária dos 03 aos 04 anos completos, com as classes de recreação infantil.

II - Na faixa etária dos 05 aos 06 anos completos, com classes de pré-alfabetização.

III - Na faixa etária dos 07 aos 11 anos completos, com classe de 1º grau, inclusive classe de complementação de 1º Grau (RIBEIRÃO PRETO, 2012, p. 1).

A partir de então a Lei Municipal 3.839 (RIBEIRÃO PRETO, 2012) instituiu mudanças estruturais e burocráticas que encerraram o formato originário dos anos 1950, de sorte que os antigos parques infantis incorporaram a rede municipal na forma de escolas de primeiro grau e de escolas de educação infantil.

Os parques infantis e o início de carreira de um grupo de ex-professoras

Uma vez reconstituídos os movimentos do processo institucional de criação dos parques infantis em Ribeirão Preto, é importante retomar as razões que justificam a escolha por essa organização escolar num estudo como este. Em primeiro lugar, os parques infantis foram um misto de pré-escola e de organização educativa paralela à escola em Ribeirão Preto, porquanto tinham entre seu contingente de alunos crianças abaixo de seis anos (iniciando em três anos) e também meninos e meninas que frequentavam a escola primária em outro período (FERREIRA, 2016). Em consonância com essa característica e aliado ao fato de estarem distribuídos por variadas regiões da cidade, os parques serviram ao incremento da rede municipal de pré-escolas de Ribeirão Preto até 1980, quando passaram à condição de escolas básicas de primeiro grau.

Ademais, entre 2010 e 2016, os parques infantis foram tomados como objeto de estudo por pesquisas realizadas tanto no programa de pós-graduação em Psicologia quanto no programa de pós-graduação em Educação, ambos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, da Universidade de São Paulo, além de ser tema de um projeto de pesquisa desenvolvido com recursos da Pró-Reitoria de Graduação da USP. Em comum, além do tema, todos os trabalhos partiram do exame das fontes documentais e, dois deles, além da pesquisa documental, realizaram entrevistas com professoras que atuaram nos parques infantis num período entre as décadas de 1950 e 1980. Os trabalhos de Ferreira (2010) e Darahem (2011) tem a importância de dar voz a quem participou do cotidiano dos parques infantis ribeirão-pretanos. Os estudos de Prandi (2015) e Ferreira (2016) analisam o processo de implantação e o quanto os parques infantis foram impactantes no cenário escolar e político da cidade, a ponto de serem utilizados pelas administrações municipais, entre as décadas de 1950 e 1960, para a construção de uma imagem pública convincente acerca dos benefícios que legavam para a educação da infância das classes populares em Ribeirão Preto. A partir desse acúmulo propiciado pela citada série de estudos há o ensejo para alguns recortes, entre os quais a escolha pela combinação entre fontes documentais e depoimentos a fim de compreender a origem dos parques infantis na cidade e como era seu cotidiano e alguns aspectos de seu funcionamento. Desse modo, entre o grupo de entrevistadas nos estudos de Ferreira (2010) e Darahem (2011), com trajetórias coincidentes com a história dos parques infantis, foram selecionadas quatro professoras cujas entrevistas tomamos como material de estudo neste artigo, visto que o início de carreira de três delas aconteceu nos parques infantis de Ribeirão Preto entre o final da década de 1950 e o início dos anos 1960, enquanto uma delas trabalhou como professora no parque infantil a partir de 1981.

Por sua vez, os anos e as datas de engajamento das professoras nos parques infantis cobrem o período em que foram fundados, implantados do primeiro ao último e o momento em que foram incorporados pela rede municipal, passando a serem escolas municipais de educação infantil e, com isso, deixando de possuir a nomenclatura e a estrutura que mantiveram por quase quatro décadas, entre 1951 e 1980. Portanto, o grupo de professoras é formado por quatro mulheres com trajetórias aproximadas devido ao tempo em que iniciaram os estudos na escola normal, seguindo pelo engajamento pós-formatura em escolas da cidade ou nas conhecidas escolas rurais, completado pelo ingresso por concurso ou por acúmulo de pontos em razão de tempo de serviço na rede estadual com a consequente transferência para a capital ou para

localidades da região metropolitana de São Paulo. Nos anos finais da carreira ou já aposentadas, por variadas razões, retornaram a Ribeirão Preto, sendo que três delas continuam em atividade depois da aposentadoria.

Sobre as idades das entrevistadas³, três delas se formaram e trabalharam exatamente no mesmo período: Aparecida e Dulce têm 73 anos; Daisy tem 71 anos e Cida, 63 anos. Quanto à época em que fizeram os estudos no curso normal, Aparecida se formou em 1955 na Escola Normal do Ginásio do Estado “Otoniel Mota”, e Dulce em 1954, na escola Normal Sinhá Junqueira, ambas estaduais e públicas, em Ribeirão Preto. Após o curso, Aparecida foi trabalhar no Parque Infantil Peixe Abade, enquanto Dulce, no mesmo período, iniciou sua trajetória em escolas rurais. Só mais tarde – dois anos depois – a trajetória das duas se cruzou, quando Dulce passou a trabalhar, também, no Parque Infantil Peixe Abade. As duas acabaram, em 1964, deixando Ribeirão Preto para lecionarem na rede estadual de ensino que, segundo Aparecida, “pagava o dobro”; Aparecida foi para Guarulhos e Dulce para a cidade de São Paulo. Daisy também estudou na Escola Normal do Otoniel Motta, em 1960, e depois trabalhou sete anos no Parque Infantil Peixe Abade. A mais jovem delas, Cida, fez o magistério no Colégio Auxiliadora (particular e confessional), em Ribeirão Preto, concluindo os estudos em 1968.

Daisy, que ingressou nos anos 1960 como professora num parque infantil de Ribeirão Preto, tem uma história parecida à de Aparecida e Dulce. Ela trabalhou no Parque Infantil “Peixe Abade” por sete anos, de 1960 a 1967, onde entrou por indicação da diretora, que era sua “madrinha de Crisma”, segundo seu depoimento. Daisy conta que começou a trabalhar no parque infantil dois meses antes de se formar na Escola Normal do Otoniel Motta para substituir uma professora afastada. Sobre como assumiu essa posição, ela reconhece que foi convidada porque a diretora a escolheu pensando no ano seguinte para, com isso, segurar a vaga e garantir sua permanência.

Assim como suas colegas, Daisy saiu do parque infantil municipal para trabalhar em uma escola estadual, que pagava melhor, lembra. Comparando seus trabalhos na época, o parque em

³ Considera-se aqui a idade informada pelas entrevistadas por Ferreira (2010) e Darahem (2011) quando da concessão das entrevistas em 2010 e 2011. Acrescente-se, também, que os nomes originais das entrevistadas foram mantidos, conforme constam, inclusive dos retro-citados trabalhos nos quais seus relatos foram analisados, como é o caso de Dulce (CASADIO, 2010) e Daisy (TIRABOSCHI, 2010). A entrevistada Maria Aparecida Paulin Lamas (2010) é cognominada “Cida” neste artigo, conforme sua preferência durante a entrevista, o que reproduz o mesmo tratamento dispensado a ela no trabalho de Darahem (2011), sua entrevistadora. Ademais, tal serve para diferenciá-la da quase homônima Aparecida Melini (2010), aqui nominada por Aparecida.

Ribeirão Preto e, depois, o de professora substituta no Estado, Daisy assinala as vantagens salariais e profissionais do cargo na rede estadual, o que a levou para São Paulo onde foi professora na segunda e na quarta séries do primeiro grau, a seguir passando a trabalhar em Osasco como diretora onde se aposentou em 1986.

Cida, se comparada a Dulce, Aparecida e Daisy, é quem trabalhou num período mais recente no parque infantil, cerca de duas décadas após as demais entrevistadas. Ela fez magistério no Colégio Auxiliadora, em 1968, e revela que sua primeira experiência em sala de aula não foi boa. Trabalhou a contragosto, porque não tinha opção. Foi professora substituta da educação de jovens e adultos no SESI, mas como não era efetiva perdeu o emprego ao engravidar. Diferente de Dulce, Aparecida e Daisy, que migraram para outras posições na rede estadual fora de Ribeirão Preto, Cida permaneceu e fez sua carreira na educação pública municipal, tendo recomeçado como professora no Parque Infantil da Vila Tibério, em 1981 (LAMAS, 2010).

Na sua trajetória há um momento marcante, pois Cida, que entrou no parque da Vila Tibério, em 1981, viveu a transição dos parques infantis para escolas municipais de educação infantil (EMEI), quando em 1980 a Lei Municipal 3.839 (RIBEIRÃO PRETO, 2012) selou essa mudança. Uma vez instalada essa alteração, ela trabalhou até se aposentar na EMEI “Anita Procópio Junqueira”, continuidade escolar do velho Parque Infantil do Bosque.

Um ponto a destacar na biografia das três professoras mais velhas do grupo, em razão do tempo em que se engajaram nos parques infantis, é a transição da vida junto da família até os primeiros anos na profissão. O ingresso no curso normal, ao se colocar suas trajetórias em perspectiva, aparece como momento decisivo, até mesmo época de passagem, para assumirem a atividade profissional e, assim, adentrarem o mundo do trabalho. Para quase todas as entrevistadas, se a influência da família não é assumida como de todo decisiva na escolha pelo magistério, conforme seus relatos, suas constatações a respeito dos níveis de estudo possíveis para as mulheres até os anos 1950 (tempo em que Aparecida, Dulce e Daisy cursaram a escola normal) revelam haver uma forte tendência social e cultural estabelecida, ativa o suficiente a ponto de influenciar no encaminhamento das moças à docência na pré-escola e no ensino primário. Embora Cida tenha estudado no final dos anos 1960, sua história a partir do curso de formação de professores até os primeiros anos da docência indica a repercussão dessa tendência: o magistério primário e na educação infantil como atividade eminentemente feminina.

Para Vidal e Carvalho (2001), esse é um processo iniciado desde o século XIX, quando já se constatava a numerosa e continuada presença feminina nos cursos normais. A expansão da escola pública equivalente ao primário - em que pesem os problemas de suas limitações quanto ao alcance, insuficiência de vagas ante a população escolarizável e precariedade da estrutura das escolas, fartamente apontados na historiografia da educação brasileira - se valia correntemente no século XIX do emprego de mulheres para assumirem as cadeiras de primeiras letras. Ao iniciar o século XX, época em que se consolida a formação de importantes redes escolares públicas no Brasil, a constituição do “ensino primário leigo e estatal” contou com o “emprego de mão de obra do sexo feminino, levando a crer que, nos anos de 1920, houvesse uma maioria de mulheres entre os docentes das séries iniciais, pelos menos em cidades como o Rio de Janeiro e São Paulo”, explicam Vidal e Carvalho (2001, p. 213).

Se tomadas em perspectiva as trajetórias de Dulce, Aparecida e Daisy fazem conjunto com a geração de mulheres que se engajou no magistério entre os anos 1950 e 1960, na segunda metade do século XX, portanto, numa época em que o sistema escolar público paulista, por exemplo, estaria ainda com espaço para expandir, como de fato ocorria (BUFFA; PINTO, 2002). E, tal como as professoras citadas narram a respeito do seu início de carreira, em especial o ingresso no trabalho docente formal, Guacira Lopes Louro (2004) explica que essa passagem da casa da família para o magistério, como forma de entrada para o mundo do trabalho, ao longo do século XX, no Brasil, é parte de um processo maior e frequente de feminização do magistério primário. Louro (2004) considera que, seja pela migração dos homens do ensino primário para outras carreiras mais rendosas e prestigiosas, pelo fato do magistério ser associado à maternidade e pela possibilidade de transitar para além do universo restrito ao lar e à igreja, o engajamento na profissão docente abriu perspectivas contraditórias, porém reais de ocupação remunerada e profissional para as mulheres.

No conteúdo da memória atribuída ao magistério primário e pré-escolar, constam também imagens como aquela da figura singular da normalista e da professora primária reconhecível entre as décadas de 1920 a 1960, como se pode notar no consagrado estudo de Ecléia Bosi (1994), em especial nos depoimentos das professoras Jovina e Brites. “Normalista” e “professorinha”, conforme Louro (2004), foram expressões usuais por largo tempo para designar moças na situação de passagem do curso normal ao trabalho em escola, pois reiteravam a representação do magistério como atividade feminina desde os cursos de formação.

Como resposta, segundo Louro (2004, p. 454), à propalada fragilidade feminina, “constituída pelo discurso religioso, médico, jurídico e educacional”, por sua vez “constituente de sua proteção e tutela”, a figura da professora teve de “ser produzida, então, em meio a aparentes paradoxos, já que ela deve ser, ao mesmo tempo, dirigida e dirigente, profissional e mãe espiritual, disciplinada e disciplinadora”. A alegada fragilidade feminina, mantida como argumento ativo e forma de enquadrar o comportamento das mulheres, costumeiramente emanada de religiosos, moralistas, políticos e literatos, criou uma situação de paradoxo ante o aumento das redes escolares públicas e da extensão, ainda que insuficiente, da escola primária às classes populares durante a primeira metade do século XX, fato que demandou por professores e, considerando a absoluta prevalência numérica de alunas nos cursos normais desde o século XIX, pavimentou o caminho para mitigar setorialmente o controle masculino sobre o acesso ao trabalho formal e externo ao lar.

Memórias “parqueanas”⁴

As diferenças de tempo do encontro da história de vida dos entrevistados com o parque infantil oferecem a possibilidade de assinalar momentos, práticas e relações que singularizam esse tipo de organização escolar perante outras. Por apresentar elementos de pré-escola, mas, atuando com vistas à escola primária, porque os meninos e meninas “parqueanos” do ensino de primeiro grau recebiam reforço escolar, o parque infantil em Ribeirão Preto estava para as crianças de três a seis anos como pré-escola, ao passo que para as de sete a quatorze anos era uma escola apoiada numa pauta de atividades retirada da educação física e aberta no contra turno escolar. Ademais, em Ribeirão Preto, os parques eram dotados de consultórios que, além de prestarem assistência odontológica às crianças, compunham um conjunto de gabinetes odontológicos integrados aos serviços de saúde oferecidos à população. No que se refere aos cuidados com a saúde, havia também atendimento médico frequente para as crianças.

De forma geral, há certo hibridismo nos parques ribeirão-pretanos, uma vez que o conteúdo de sua pedagogia tem por fonte as preferências do DEFESP, mas, amalgamadas às

⁴ A palavra “parqueana” é um neologismo forjado na experiência dos parques infantis, pois costumava ser usada, em geral, por professores, ou, por quem mais pretendia descrever os parques, sua vida educativa, seus jogos, seus alunos (os “parqueanos”); enfim, trata-se de um termo cujo sentido designa a diferença e a especificidade dessa organização educativa. Por isso, o uso dessa palavra para definir a singularidade das memórias dos entrevistados.

possibilidades locais, devido ao fato de a cidade possuir três escolas importantes da área de saúde, sendo elas de medicina, odontologia e enfermagem. Acrescenta-se também, que desde 1937, Ribeirão Preto possuía oficialmente um serviço público de assistência à saúde, e as escolas de medicina, odontologia e enfermagem acabavam por formar e estabelecer localmente os profissionais e a expertise à qual se podia recorrer para aplicar à saúde coletiva e pública do município, razão pela qual formavam a mola propulsora para fazer entrar nos parques infantis pediatras, dentistas e enfermeiras, ao passo que o espírito corrente à época de fazer da escola uma ponte e um *locus* importante para o estabelecimento de práticas de combate à desnutrição infantil, de melhora da saúde bucal e propriamente de assistência às crianças pobres, constituía a ideia força suficiente para justificar a estrutura de consultórios e as ações cotidianas de cuidados com a escovação bucal, com a prevenção de doenças e, bastante importante, de atenção nutricional e fornecimento de alimentação, por exemplo (FONSECA; ALMEIDA, 2016). Em suma: os parques de Ribeirão Preto estruturavam sua pedagogia a partir dos jogos, da recreação e da educação física, mas também atendiam ao fim de levarem ao extrato infantil das classes populares o atendimento pediátrico, odontológico e os cuidados básicos de saúde.

As falas das professoras sobre os parques infantis onde trabalharam também reiteram a centralidade da recreação em suas atividades, o papel da alimentação como forma de assistência às crianças pobres atendidas, a composição do corpo funcional parqueano por enfermeiras e o atendimento periódico de dentistas e médicos, além, é certo, da participação delas mesmas nos cuidados básicos relativos à higiene e sua atuação no inculcar e manter práticas de escovação bucal. Os recortes que apresentamos adiante são ilustrativos a este respeito e por isso estão agrupados nas categorias: alimentação, cuidados com a saúde e a higiene e, por último, a recreação.

A alimentação

A alimentação era uma entre as várias necessidades atendidas pelos parques, com fornecimento de variada merenda às crianças, conforme destacam as entrevistadas. Uma entre várias necessidades atendidas, porém, central do ponto de vista de uma política municipal de assistência à infância pobre pela via de um equipamento público escolar. Tanto que, nos relatos das entrevistadas, a alimentação é um tema sempre assinalado, reitera-se. Desde a escolha dos

ingredientes e o preparo, incluindo a montagem do cardápio, até o proveito das refeições pelas crianças, o processo é narrado como feito para suprir o que as crianças não tinham em casa. E todo esse processo era assumido pela prefeitura que produzia os insumos (na lembrada horta existente no Horto Municipal), preparava parte dos alimentos (como na panificação existente na cozinha municipal) e outra parte era feita nas cozinhas dos parques pelas cozinheiras. Em comparação com a atualidade, é um processo progressivamente raro em tempos de terceirização e de merenda entregue por empresas, ao passo que o preparo nas escolas tem sido descartado numa onda de economia de recursos adotada pelas prefeituras e pelos estados Brasil afora nos últimos vinte anos, pelo menos.

Aparecida e Dulce, que trabalharam nos parques durante os anos 1950 até 1964, incluem a alimentação entre os cuidados dirigidos às crianças junto dos banhos, da limpeza e dos uniformes que faziam seus alunos pequenos vestirem. Seus relatos enfatizam que não bastava recrear e educar: era preciso limpar, cuidar da saúde e alimentar, dado o fato de serem crianças pobres a grande maioria frequentadora dos parques. Aparecida, que trabalhou nos parques infantis Peixe Abbade, do Bosque e da Vila Virgínia, conta que as refeições eram necessárias tanto porque os alunos eram pobres e também porque *“ali eles passavam o dia”*, pois *“chegavam de manhã, tomavam café da manhã e depois tinha o almoço”*. Para Dulce, o típico aluno dos parques *“era pobre mesmo [...] periferia mesmo”*, vindo de bairros como *“Campo Aberto, dos Campos Elíseos, Vila Tibério”*. E, para ressaltar a condição das crianças, pergunta retoricamente: *“Rico? Mas de jeito nenhum! Até uniforme tinha que dar”*. Para compensar, esse aluno pobre, observa Dulce (CASADIO, , *“tinha uma alimentação excelente [...] sim, uma alimentação excelente”*).

Daisy trabalhou por quase oito anos em parques infantis, tempo no qual esteve no parque infantil “Peixe Abbade”, durante a década de 1960, onde se ocupou de crianças mais velhas, com idades entre dez e treze anos. Desse tempo e dessas crianças ela lembra bem da alimentação oferecida, quase sempre de qualidade a seu ver e que agradava de funcionários a alunos. Até ela fazia as refeições no parque. E para as crianças, pobres e muito pobres, atendidas pelo parque onde Daisy trabalhou, a alimentação na escola podia ser uma das poucas ou a única do dia:

As crianças que eu trabalhava eram de dez a treze anos, eles vinham da escola, que eu era da turma da uma às cinco. Tinham muitos que almoçavam, porque vinham da escola sem a comida. O lanche sempre era pão com alguma coisa e chocolate, sempre tinha um lanche bem reforçado. Depois eles jantavam e iam embora às cinco horas da tarde.

Cida, que trabalhou no parque infantil no início dos anos 1980, descreve o cardápio do parque da Vila Tibério e explica que ele estava disposto conforme os turnos, por isso as refeições das crianças aconteciam em determinados momentos do dia:

A comida na escola sempre foi muito boa, de uma qualidade muito boa. As merendeiras são super higiênicas, sabe? Têm o prazer de fazer a comida. E a comida, no meu tempo era assim: para as que vinham de manhã tinha o café. Todas ficavam pra tomar café, porque geralmente elas não tomavam em casa. Então, quando era dois períodos, período da manhã chegava, quem queria tomar café, leite, tinha pão com manteiga, tudo, ficava no refeitório, quem não queria já ia pra classe. E depois às dez horas, dez e meia começava a servir o almoço e era um almoço bem balanceado, uma coisa assim bem feita. E tinha carne todo dia, fruta no lanche, na sobremesa, ou um doce... Era uma comida boa, não tinha queixa. As professoras às vezes também comiam na escola e a comida era boa.

Para Cida, mesmo após vinte e cinco anos de serviço, a variedade de alimentos e o cardápio ainda são lembrados. Até as professoras se serviam no parque, como ela lembra.

Cuidados com a saúde e a higiene

Outras ações das quais se ocupavam os parques infantis em Ribeirão Preto eram a assistência odontológica e a médica prestadas às crianças, como evidenciado tanto nos documentos quanto nos relatos das entrevistadas. Para Daisy, o atendimento médico e odontológico disponível no parque oferecia cuidados e atenção à saúde regulares e de qualidade:

As crianças vinham de caminhão, era uma pobreza danada. Como eram pequeninhos, conforme a idade, lá eles tinham toda assistência. A enfermeira passava, cuidava, tomava banho pelas serventes, punha a roupa do parque. Só não deixava ir com a mesma roupa, porque no outro dia não voltava. Então, eles tinham uma assistência muito boa da parte médica, odontológica. Odontológica não era tratar porque tava com dor de dente, ele seguia, acompanhava as turmas. E sempre, todos os dias, eles chamavam as crianças [...].

Dulce, que trabalhou no mesmo parque, o Peixe Abbade, de 1956 a 1964, se recorda que a pobreza das crianças fazia com que o atendimento médico, o serviço de enfermagem e o trato da higiene se tornassem indispensáveis:

*No parque, era a coisa mais interessante, as crianças vinham tão sujinhas! A gente catava essas crianças, dava banho, dava uniforme, alimentação. Eram crianças carentes. Tinha enfermeira e médico. Era uma assistência maravilhosa, viu? Excelente, tinham tudo!
Quanto berne eu e a Matilde, que era enfermeira e já é falecida, tiramos de cabeça de crianças, da barriga. Então, na convivência com eles, era aquela carência. Porque quando o pai e a mãe trabalhavam tudo bem, certo? Mas era uma pobreza tremenda, eles não tinham o que comer. Comiam no parque as crianças. Não era fácil, não.*

Aparecida lembra que essas situações eram comuns no trabalho de professora tanto como se ocupar da recreação, pois, segundo ela, além do *“reforço escolar a gente dava uma espécie assim de educação moral, ensinava hábitos higiênicos”*.

Em comum, nas falas de Daisy, Cida, Dulce e Aparecida, a pobreza das crianças constitui um problema mais moral e higiênico do que social. Nas reminiscências de determinado tempo de suas trajetórias e carreiras, quando se referem aos anos de vivência emoldurados pelo trabalho nos parques, é possível notar a particularização de um problema de natureza social, a pobreza, sob a forma da ausência de interesse das famílias pelos cuidados higiênicos e pelo asseio das crianças. Essa forma de ver o outro, em que pese o fato de ser edulcorada pela atribuída qualidade do acompanhamento médico e odontológico, em muito confere com a focalização do problema social no indivíduo pobre e em sua família, cujos mecanismos de produção discursiva foram apontados desde os anos 1970 no conhecido estudo de Maria Helena de Souza Patto (1999).

Paradoxalmente, os parques eram incluídos de modo paralelo entre os serviços públicos de assistência à saúde infantil existentes no município: os gabinetes odontológicos neles existentes, o acompanhamento pelos pediatras, as salas de enfermagem, as aulas de escovação bucal e de higiene, a alimentação e os banhos somavam como práticas onde incidiam as orientações e propósitos de políticas de atenção à saúde e à educação da criança em voga desde os anos 1940 (pelo menos) em São Paulo e no Brasil, cujo foco era o combate à desnutrição e à mortalidade infantil e à expansão das instituições escolares de educação infantil, como se pode verificar nos estudos de Fonseca e Almeida (2016), Sposati (1987) e Rosemberg (1997; 2002).

Recreação

Pode parecer que o parque era um centro prestador de assistência médica e odontológica, além de suprir a carência alimentar das crianças pobres. Na verdade, como fora pensado desde o início, o parque tinha pretensões educativas voltadas para o aspecto físico, alcançando da atenção médica ao desenvolvimento, em combinação com a intervenção educativa na sociabilidade das crianças; por isso, o valor dos jogos e da recreação. O corpo e sua educação eram o núcleo duro da pedagogia parqueana elaborada pelo DEFESP, o que, por sua vez, justificativa contar com recreacionistas, professoras, merendeiras, diretora, médicos, dentistas e enfermeiros a fim de fazer funcionar uma escola o mais completa possível.

Portanto, além de alimentar e nutrir, o parque devia aplicar a ferramenta pedagógica central da pedagogia do DEFESP: a ênfase na cultura dos jogos e da recreação.

Aparecida, quando perguntada se o parque infantil era como qualquer escola regular, esclareceu que no parque “*era mais recreação*”, embora houvesse “*a parte de educação propriamente dita*”, cujo objetivo era formar “*a criança como um todo*”. Dulce explica que a recreação era muito importante, sobretudo, para as crianças mais velhas:

Inclusive eu dei recreação pra garotos de 10 a 15 anos. Recreação. E dava assistência ao ensino também. Porque eles frequentavam a escola e depois iam na recreação. Nós fazíamos olimpíadas, na época. Porque tinha o Parque do Bosque e o Parque da Vila Tibério e o parque do Barracão, né? Eram esses três parques e nós fazíamos olimpíadas nesses três parques: natação, atletismo, era uma coisa muito bem elaborada. Porque era meio período, né? Quem estudava de manhã, frequentava o parque à tarde. Por isso que não tinha tanta molecada na rua, né? Frequentava o parque de manhã. E vice-versa. Quem tava de manhã ia à tarde para a escola.

Dulce, acrescenta, fazia as vezes de recreacionista e educadora física.

Da recreação se chegava aos esportes e daí a animadas competições. Nos anos 1950 havia jogos que envolviam todos os parques da cidade, muitas vezes noticiados na imprensa local como “Olimpíadas parqueanas”. Prandi (2015, p. 54) explica que se tratava de “eventos que mobilizavam os parques infantis”, a exemplo de “olimpíadas e campeonatos de futebol”, sendo que na “maioria das vezes o Parque Infantil Peixe Abbade ganhava, a ponto de permanecer sem derrotas durante 26 partidas”, como noticiou o jornal A Tarde (PARQUE Infantil..., 28 out. 1953, p. 5).

Pelo fato das práticas recreativas e esportivas serem priorizadas nos parques, porque eram parte importante do seu programa educativo, havia a necessidade de difundir essa orientação entre diretores e professores. Em razão dessa necessidade, o Departamento de Educação Física do Estado seguia na orientação pedagógica dos parques ao ministrar periodicamente cursos de formação de recreacionistas. Durante os oito anos que esteve no parque infantil como recreacionista, Dulce lembra que fez “*vários cursos de recreação em São Paulo*”, para onde “*ia duas, três vezes por ano pra atualização*”. Daisy atesta esse papel formativo exercido pelo pessoal do DEFESP:

A gente tinha treinamento em São Paulo no DEF, que era o Departamento de Educação Física do Estado. Nós ficávamos lá uma semana pra saber trabalhar com as crianças de educação física. E então, não era chegar, jogar bola, não. A gente primeiro, antes de dar bola, dava exercícios de flexibilidade, agilidade, para depois chegar no grande jogo. Então o professor participava. Eu aprendi a nadar com eles, que eu não sabia, mas eu tinha que fingir que sabia. Aí, fiz o treinamento, num instantinho aprendi a nadar com eles, porque eles nem percebiam que eu estava aprendendo, eles achavam que eu estava ensinando.

Os cursos citados por Daisy e Dulce, oferecidos no tempo em que trabalhavam nos parques entre 1956 e 1967, evidenciam a contínua ingerência do DEFESP nos parques ribeirão-pretanos. Desde o modelo de projeto, que referenciou a organização do espaço e a estrutura física dos parques na cidade, tão determinante para as atividades praticadas neles, até a orientação pedagógica, com ênfase nos jogos, na recreação e na iniciação esportiva, nota-se a ação do Departamento, ora mais direta, como é o caso da concepção dos prédios e da área, ora nem tanto, a exemplo dos cursos de formação realizados em São Paulo.

Considerações finais

Dos anos 1950, quando a maior parte deles foi criada em Ribeirão Preto, até 1980, os parques infantis representaram um tipo peculiar de organização educativa formal, cujas atividades em parte aconteciam com vistas ao que se fazia na escola e, quando os alunos eram crianças entre três e seis anos, sua atuação era semelhante à uma pré-escola. O reforço escolar, a recreação, os jogos, a alimentação, a assistência médica e odontológica, enfim, as atividades e a pedagogia características dos parques destinavam-se a crianças de três a doze anos e aconteciam nos turnos posteriores à escola ou supriam a escola para os que não a frequentavam.

Durante três décadas os parques infantis se territorializaram pelos bairros da cidade e se incluíram entre as diversas instituições educacionais públicas e privadas da cidade. E se incluíram tanto, a ponto de fazerem parte da paisagem educacional local, de serem citados pela sua particularidade como escola de recreação, por sua contribuição para suprir o turno seguinte à escola, pelo fato de evitarem a presença das crianças nas ruas, por serem polos irradiadores da educação da saúde e da difusão de práticas higiênicas entre as crianças e suas famílias.

Além disso, para professores, a experiência docente nesse ambiente era peculiar em comparação com as escolas. As entrevistadas neste estudo assinalam a ênfase recreativa e lúdica das atividades que desenvolviam com as crianças. Para as professoras Aparecida, Daisy, Cida e Dulce, essa é uma lembrança marcante e enfatizada quando retomam o tempo em que ingressaram na profissão.

Do ponto de vista político e institucional, quando reconstituído a partir do estudo dos documentos, o processo de criação dos parques infantis em Ribeirão Preto demonstra que o modelo foi entregue quase todo pronto. Os contatos entre a prefeitura e o Departamento de

Educação Física do Estado de São Paulo indicam a negociação para implantar na cidade um projeto já definido, tanto física e espacialmente quanto pedagogicamente.

Referências

- BOSI, E. **Memória e sociedade:** lembranças de velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BUFFA, Ester; PINTO, Gerson de Almeida. **Arquitetura e educação:** organização do espaço e propostas pedagógicas dos grupos escolares paulistas, 1893/1971. São Carlos: EdUFSCar, 2002. p. 29-89.
- CASADIO, Dulce. **Entrevista.** [maio 2010]. Entrevistadora: Débora Menengotti Ferreira. Ribeirão Preto: FFCLRP-USP, 2010. 1 arquivo .mp3 (50 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no relatório do projeto de pesquisa “Memórias do magistério: idealização do passado e exercício da profissão no presente”.
- DARAHEM, Gabriela Campos. **Contribuição para a história da educação infantil em Ribeirão Preto:** experiências de funcionários e professoras das Escolas Municipais de Educação infantil (EMEI). 2011. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2011.
- FERREIRA, Débora Menengotti. **Memórias do magistério:** idealização do passado e exercício da profissão no presente. 2010. 62 f. Relatório de pesquisa (Programa Ensinar com Pesquisa) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2010.
- FERREIRA, Débora Menengotti. **Os parques infantis em Ribeirão Preto:** um estudo sobre sua implantação. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2016.
- FONSECA, Sérgio César da; ALMEIDA, Elmir de. A Legião Brasileira de Assistência em São Paulo e a interiorização de políticas para a infância. **História da Educação**, Santa Maria, v. 20, n. 49, p. 123-141, ago. 2016.
- LAMAS, Maria Aparecida Paulin “Cida”. **Entrevista.** [abr. 2010]. Entrevistadora: Gabriela Campos Darahem. Ribeirão Preto: FFCLRP-USP, 2010. 1 arquivo .mp3 (60 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no CD-Rom anexo à dissertação de mestrado “Contribuição para a história da educação infantil em Ribeirão Preto: experiências de funcionários e professoras das Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEI).
- LOURO, Guacira Lopes. Mulheres em sala de aula. In: PRIORE, Mary Del. (Org.). **História das Mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2004.
- MELINI, Aparecida. **Entrevista.** [maio 2010]. Entrevistadora: Débora Menengotti Ferreira. Ribeirão Preto: FFCLRP-USP, 2010. 1 arquivo .mp3 (50 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no relatório do projeto de pesquisa “Memórias do magistério: idealização do passado e exercício da profissão no presente”.
- PARQUE Infantil 1 x 0 C.R. Cajuru. **A Tarde**, Ribeirão Preto, n. 8.884, 28 out. 1953.
- PATTO, Maria Helena Souza. **A produção do fracasso escolar:** histórias de submissão e rebeldia. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.
- PRANDI, Maria Beatriz Ribeiro. **A construção da imagem dos parques infantis de Ribeirão Preto das décadas de 1950 e 1960.** 2015. 168 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2015.
- Quaestio, Sorocaba, SP, v. 19, n. 2, p. 307-327, ago. 2017.

RIBEIRÃO PRETO. **Lei Ordinária n. 3.839 de 24 de outubro de 1980**. Altera a denominação dos parques infantis para escolas básicas de 1º grau. Ribeirão Preto: Câmara Municipal de Ribeirão Preto, 2012. Disponível em: <<http://www.ribeiraopreto.sp.gov.br>>. Acesso em: 15 jan. 2012.

RIBEIRÃO PRETO. ARQUIVO PÚBLICO E HISTÓRICO. **Almanaque Ilustrado de Ribeirão Preto**. Ribeirão Preto: Sá, Manaia & Cia., 1951.

RIBEIRÃO PRETO. ARQUIVO PÚBLICO E HISTÓRICO DE RIBEIRÃO PRETO. Fundo Prefeitura Municipal – Correspondências. **Parques Infantis**. Ribeirão Preto: Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto, [1940].

ROSEMBERG, Fúlvia. A LBA, o projeto casulo e a doutrina de segurança nacional. In: FREITAS, M. C. de. **História social da infância no Brasil**. São Paulo: USF/Cortez, 1997. p. 141-161.

ROSEMBERG, Fúlvia. Organizações multilaterais, Estado e educação infantil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 115, p. 25-63, mar. 2002.

SÃO PAULO (Estado). DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Relatório de atividade para o ano de 1942**. São Paulo: Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo, 1942.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto nº 9.605, de 12 de outubro de 1938**. Reorganiza o Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo. SET: coletânea de leis e decretos: legislação atualizada até dezembro de 1977. São Paulo, 1978. p. 120-121.

SPOSATI, Aldaiza. **História da pobreza assistida em São Paulo**. São Paulo: PUC, 1987.

TIRABOSCHI, Daisy Aparecida. **Entrevista**. [fev. 2011]. Entrevistadora: Gabriela Campos Darahem. Ribeirão Preto: FFCLRP-USP, 2010. 1 arquivo .mp3 (60 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no CD-Rom anexo à dissertação de mestrado “Contribuição para a história da educação infantil em Ribeirão Preto: experiências de funcionários e professoras das Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEI)s).

VIDAL, Diana Gonçalves; CARVALHO, Marília Pinto de. Mulheres e magistério primário: tensões, ambiguidades e deslocamentos. In: VIDAL, Diana Gonçalves; HILSDORF, Maria Lucia Spedo. **Brasil 500 anos: tópicos em História da Educação**. São Paulo: EdUSP, 2001.

Sergio César da Fonseca - Universidade de São Paulo- Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto. São Paulo | SP | Brasil. Contato: sergiofonseca@usp.br

Débora Menengotti Ferreira - Universidade de São Paulo - Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto. Ribeirão Preto | SP | Brasil. Contato: dmenengotti@hotmail.com

Gabriela Campos Darahem - Universidade de São Paulo - Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto. Ribeirão Preto | SP | Brasil. Contato: gabidarahem@gmail.com

Artigo recebido em: 21 out. 2016 e
aprovado em: 15 jun. 2017.